



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

**Marco Hemingway de Almeida**

**Angola, 27 DE MAIO DE 1977: entre a memória e o esquecimento**

REDEÇÃO  
2017

**Marco Hemingway de Almeida**

**Angola, 27 DE MAIO DE 1977: entre a memória e o esquecimento**

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (IHL – UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Janaina Campos Lobo**

**Prof. Dra. – Orientador - Unilab**

---

**Ricardo Ossagô de Carvalho**

**Prof. Dr. – Examinador - Unilab**

---

**Vico Dênis Melo**

**Prof. Dr. – Examinador - Unilab**

## **RESUMO**

Este artigo visa recuperar as memórias e também os silenciamentos sobre os acontecimentos que ocorreram dois anos depois da proclamação da independência de Angola, ou seja, durante o governo de transição, exatamente no dia 27 de Maio de 1977, em Luanda. Nesta data ocorreu uma série de assassinatos de membros do então Movimento Popular de Libertação de Angola. Nito Alves era um dos alvos dessa crise nitista, acusado de tentativa de golpe de Estado ao então presidente da república Antônio Agostinho Neto. Este artigo abordará, portanto, as memórias que por algum motivo se encontram silenciadas dentro da sociedade angolana.

Palavras-chaves: MPLA, memória, Angola, 27 DE MAIO 1977, pós-independência.

## **ABSTRACT**

This article aims to recover memories and also the silencing about an event that occurred two years after the proclamation of Angola's independence, during the transitional government, on 27 May 1977 in Luanda. On this date a series of assassinations of members of the Popular Movement of Liberation of Angola occurred. Nito Alves was one of the targets of this crisis, accused of attempted a coup d'état to the president of the republic, Antônio Agostinho Neto. This article will therefore address the memories about this event that silenced within Angolan society.

Key words: MPLA, memory, Angola, MAY 27, 1977, post-independence

## **Introdução: breve contextualização de Angola**

Falar do 27 de maio de 1977 também compreende retroceder na história para entendermos como Angola se configura em um país com uma história permeada por períodos de lutas anticoloniais, cujo ponto culminante é a independência, proclamada em 11 de novembro de 1975. Mas é fato que a história do país, em termos de historiografia, só foi bastante explorada no que tange ao período da escravidão e do colonialismo (Marques, 2012). Assim, este trabalho visa preencher uma lacuna sobre um evento ocorrido no pós-independência e, antes de abordarmos o tema deste artigo, farei uma digressão breve sobre a história angolana.

Segundo Ponte (2007), o nome Angola tem raízes no termo Ngola que era título de um dos potentes Ambundos que existia no antigo reino do Ndongo, que se situava entre o Anzele ou Ambaca, e Pungo Andongo cidades estas que hoje encontramos nas províncias do Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul, e Malanje no tempo da expansão marítima dos portugueses sobre o reino do Ndongo, isso na segunda metade do século XVI.

Não podemos falar a respeito da formação do nome Angola sem falar dos Reis e Reinos de Angola que na época em que os portugueses pensavam dominar Angola este espaço já existia, mas com formas diferentes de organização. No território “descoberto” pelos portugueses já existia um modelo de governo em que o Rei era Ngola A Kiluange, e que foi o líder do potente mais destacado do antigo reino do Ndongo, e era mais conhecido como Ngola A Kiluange Inine, também chamado de grande Ngola.

O Rei Ngola Kiluange foi o indivíduo que fundou a dinastia, que mais tarde passou a ser conhecida como reino de Angola, e que dentro do mesmo coexistiam outros distritos, como da Lelamba, do Lumbo, do Hari, da Quissama, do Haku, e do Musseke.

Com a chegada dos portugueses em 1626 no antigo reino do Congo, Ndongo e outros reinos, esses tiveram que lutar para a conquista dos reinos que existiam naquele território. Após essas conquistas, os colonizadores passaram a denominar aquele espaço como Angola, e este passou a ser uma extensão de Portugal em África como outras colônias que já haviam conquistado neste continente.

Depois de muito se falar sobre o termo Ngola, vem à questão: de onde surgiu o mesmo? Surgiu da palavra “Ngolo”, que vem do kimbundo, língua falada maioritariamente no norte de Angola, ou seja, pelos povos Ambundos, significa força, o

mesmo termo em outra língua nacional, kicongo língua do povo Bacongo, que significa robustez, força, fortaleza, etc. Por isso, reino do Ngola passou a ser chamado de Angola pelos colonizadores portugueses.

A República de Angola é depois do Congo Ex-Zaire o maior país ao sul do Saara com uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, foi uma república colonizada por quinhentos anos pelos portugueses. Angola está situada na costa ocidental de África, em frente ao Brasil, e tem as suas fronteiras ao norte com a república popular do Congo, a nordeste com a república democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, e ao sul com a república da Namíbia. O território nacional tem um comprimento de 1.277 km<sup>2</sup> no sentido norte/sul e 1.236 km<sup>2</sup> a leste e a oeste em fronteira marítima tem 1.680 km e terrestre 4.928km<sup>2</sup>.

Quando os portugueses invadiram o território angolano entraram pelo que é hoje o território bacongo que atualmente faz parte a província do Zaire, no norte de Angola. Nessa província de Angola na época da chegada dos colonizadores portugueses já tinham certo conhecimento sobre o povo que aí habitava, também já sabiam que a sua entrada naquele território não seria fácil, porque as pessoas que habitavam nele já tinham práticas de metalurgia, já transformavam ferro em instrumentos para guerra e etc.

Em três de Maio de 1560 Paulo Dias de Novais desembarcou na barra do rio Kwanza, a partir daí a ocupação portuguesa em Angola se efetivou de uma maneira mais efetiva e rápida, isso aconteceu propriamente a partir do século XVI.

É sabido que os portugueses quando lá chegaram, criaram intrigas entre as etnias e grupos sociais que existiam em Angola, a fim de promover uma guerra entre as mesmas para poderem ter acesso a escravos e terem o caminho aberto para avançar em toda extensão territorial.

Os portugueses não foram tão bem sucedidos, porque apesar das batalhas entre as etnias houve muita resistência contra o avanço das tropas coloniais, mas essas resistências não foram suficientes para travar essa penetração desse poder colonial, visto que elas eram bem equipadas com armas de fogo - material balístico e tecnologias. A guerra era injusta e desigual e, apesar da bravura dos angolanos, a ocupação colonial dos portugueses avançou.

Angola, por ser um país com diversas etnias, muitas vezes isso foi o motivo ou o caminho que os colonizadores portugueses encontravam para criar confusão no seio dos angolanos, porque a libertação nacional e colonial não foi só pela resistência à

escravidão, mas também por uma luta de libertação política do povo angolano, que culminou com a independência do jugo colonial em 11 de novembro de 1975.

É a partir dessa libertação, cujos embates se dão entre os anos de 1961 a 1974, que este artigo avaliará um evento ocorrido no pós-independência: um evento sangrento que marca a história de Angola.

## **27 DE MAIO DE 1977: A MEMÓRIA COLETIVA**

O 27 de Maio de 1977, tema deste artigo, foi um evento que ocorreu em Luanda, no período da manhã, e que terminou por volta das 16h da tarde. Teve como resultado o assassinato de milhares de angolanos nos bairros de Luanda, Benguela e Lubango.

Estas mortes com certeza ainda hoje são lembradas por centenas de familiares que perderam seus entes queridos e que nem tiveram a oportunidade de realizar um enterro digno, porque até hoje não lhes é dito onde estão os corpos dos seus familiares que morreram por ocasião do 27 de maio de 1977.

Tomando o tema da memória para entendermos o 27 de maio de 1977, vimos que boa parte de autores, sociólogos e historiadores, tais como Michael Pollak e Maurice Halbwachs, tratam o conceito enquanto arraigado na coletividade, no social. Mas no caso do evento ocorrido no dia 27 de Maio de 1977 em Angola, essas memórias, na minha visão, têm sido vistas como um fenômeno individual pelos seus atores, isso porque pouco se fala sobre este evento: trata-se de um interdito, estas memórias quase que não apresentam nenhuma dimensão social ou até mesmo coletiva.

Vendo este silêncio por parte dos cidadãos e do Estado sobre o evento do 27 de Maio de 1977 – pois há poucos registros sobre o acontecido -, podemos nos perguntar onde estão os relatos e memórias dessas famílias que perderam os seus filhos, maridos e irmãos durante este período histórico em Angola? Por que esse silenciamento, visto que o ocorrido em maio de 1977 marcou a vida de milhares de famílias angolanas?

Com isso, a história aparece como um mecanismo que vai despertar, vai acordar as memórias coletivas e individuais dos angolanos que viveram, direta ou indiretamente, o evento do 27 de Maio de 1977, e que através delas poderemos colocar em discussão a formação social da sociedade civil angolana no pós-independência, no que tange às memórias sobre o evento. Nesse sentido, a pergunta sobre o por que de escrever a respeito desse evento sangrento da história angolana é tão pertinente e será respondida.

Segundo Fabio (2013) o esquema analítico apresentado pelo sociólogo Maurice Halbwachs pondera que a memória possui um caráter coletivo, isso nos faz acreditar que realmente o indivíduo só será capaz de lembrar das suas vivências a partir do momento em que esteja inserido dentro de algum grupo social, ou seja, a memória deste indivíduo é sempre coletiva, porque a mesma depende de um grupo para a construção de lembranças.

Porque, segundo Halbwachs (2006) o indivíduo sozinho não produz lembranças, ou não é capaz de sustentar as mesmas durante um longo período, isso porque para as memórias terem credibilidade elas precisam do apoio do testemunho de outras pessoas que vivenciaram o momento para que confirmem que o mesmo seja verdadeiro.

Recorremos aos testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para contemplar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação. (FABIO. 2013 *apud* HALBWACHS, 2006, p. 26).

As relações sociais são mecanismos importantes para a formação das memórias individuais de longa duração. Para que essa relação se concretize é necessário que exista uma ligação ou entrosamento entre as partes envolvidas e que as lembranças sejam iguais ou parecidas umas com as outras, porque a memória normalmente tem caráter relacional; e esse caráter relacional ajudará na interação entre os indivíduos dentro da sociedade em que estiverem inseridos.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30).

Segundo o Fabio (2013) a memória individual esta contida em um conjunto maior que a memória coletiva, ela é mais densa, mais apresenta alguns problemas por ser menos abrangente do que a memória social. Isso vai acontecer porque cada indivíduo tem uma configuração social específica que é resultado destas relações sociais diferentes, apesar das influências que este sofre durante a sua trajetória.

Mesmo quando se constrói lembranças baseadas em experiências individuais, o sujeito precisa recorrer a instrumentos que lhe são fornecidos pelo meio social, tais como as ideias e as palavras. {...}o

indivíduo absolutamente isolado não seria capaz de construir qualquer tipo de experiência, não sendo capaz também de manter qualquer tipo de registro sobre o passado. (FABIO, 2013, p.5).

Na visão de Halbwachs (2006) a memória pode ser conceituada ou entendida como uma reconstrução do passado com auxílio dos dados adquiridos no presente, nós não devemos confiar apenas nas nossas lembranças sobre o passado, porque as mesmas podem ser incompletas ou parciais sobre determinado evento; as memórias também são muitas vezes variáveis dependendo da posição social que ocupamos dentro da sociedade.

As memórias individuais se constituem a partir de quadros fornecidos ou impostos pelos meios sociais, esses quadros sociais da memória determinam o que deve ser lembrado, o que deve ser esquecido, silenciado, e até mesmo comemorado pelos membros de determinado grupo. (HALBWACHS, 2006, P.30).

Dessa forma, vê-se que a tarefa de escrutinar o 27 de maio de 1977 deve ser, antes de tudo, um exercício de escrever, narrar e recuperar o que aconteceu, de modo que a história de Angola não suprima esse sangrento evento que pouco tem sido explorado na historiografia angolana. Ao narrar os fatos que sucederam no 27 de maio de 1977, pretende-se fixar lugares de memória que dizem respeito a um passado coletivo da sociedade angolana. Trata-se, tomando a máxima do período pós ditadura militar no Brasil, de “lembrar para não esquecer”.

### **Memórias de Angola: narrativas sobre o 27 de maio de 1997**

Durante toda minha infância e juventude nunca falou-se sobre a história de uma manifestação que culminaria com a morte dos que participavam de tal ato. Esse momento histórico que pode ser visto a partir de uma memória nacional, ocorreu um tempo depois da proclamação da independência de Angola, esta que ocorreu em 1975, há 40 anos.

Mexer no passado é contrariar este eterno presente em que vivemos, Hobsbawn chamou-lhe presente contínuo e François Hartog chamou a expressão de presentismo. Isto constitui a maior ameaça à pluralidade da memória e corporiza, segundo o historiador Fernando Rosas, um quotidiano sem qualquer relação orgânica com o passado público da época atual. A desmemória torna-se assim o resultado desse apagão seletivo, onde o presente é um lugar habitado apenas pelo imediato, sem passado e sem futuro (VASCONCELOS. 2017, s/p).

Pois bem, como a história de Angola nos conta, antes da independência em 1975 houve um período em que se assinou um acordo entre os partidos políticos que lutavam pela liberdade do povo angolano.

Esse período foi chamado de “período de transição”, o qual teve o seu início em janeiro de 1975, quando os partidos assinaram um acordo que ficou conhecido como “acordo de Alvor”, que foi assinado em Portugal, cujo objetivo era o fim do processo de colonização e a formação de um governo de transição. Este governo seria rotativo até que os partidos se organizassem para formação de uma assembleia em Angola na qual se aprovaria a data para as eleições gerais no país.

Foi durante este processo que se começou a criar “alas” e dissidências dentro do próprio partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Havia grupos que concordavam com algumas políticas e outros que não. O tribalismo também era forte: entendia-se que quem era mulato ou branco não merecia estar ou ocupar cargos de liderança no partido, porque se alegava a existência de negros angolanos já capacitados para tal. Esta prática poderia ser vista em todos os partidos políticos na altura, não era uma marca única ou típica do MPLA.

Segundo os radicais existentes no partido as pessoas brancas e de sangue misto desempenhavam um papel fortemente desproporcionado no funcionamento do governo de uma nação predominantemente negra. Porém, naquela época já existiam negros que faziam parte do poder, até porque o presidente Agostinho Neto insistia na tese de querer implantar em Angola um governo multirracial. Alguns desses membros do governo viam a oportunidade de conquistar uma maior fatia do poder, lançando abertamente um apelo racista às massas, como Nito Alves quando num comício dos bairros periféricos de Luanda, afirmou que Angola, só seria verdadeiramente independente quando brancos, mestiços e negros passassem a varrer as ruas juntos (PAWSON, 2007, p. 168).

Depois da proclamação da Independência, que para muitos foi uma traição de Agostinho Neto, que era na altura o presidente da república de Angola, por este ter-se adiantado, quando havia a combinação de fazer a proclamação em conjunto com os outros partidos políticos que se encontravam em outras províncias de Angola, os conflitos recrudesceram.

Assim, essa proclamação teve como resultado a intensificação dos conflitos armados dentro do país e, em virtude disso, os acordos assinados em Portugal não foram cumpridos e ninguém assumiu as responsabilidades.

A primeira vez que li e vi alguma matéria ou notícia relacionada ao evento foi quando já me encontrava no Brasil. Foi por meio da literatura, vídeos e pelo acesso a vários artigos, livros, matérias de jornal que estiveram ao meu dispor durante a pesquisa e escrita do meu trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades, na UNILAB que comecei a entender, ainda que insuficientemente, o que acontecera em Angola no final da década de 70. Nessa época, porém, O 27 de maio de 1977 não era um objeto para o momento, então decidi deixar para futuras pesquisas, visto que o tema é bastante interessante, mas demandaria tempo e dedicação para uma pesquisa adequada.

O que me chamou atenção e me deixou mais curioso sobre este evento como alguns intelectuais denominaram, que ocorreu em Angola dois anos depois da independência, é que teve resultados muito ruins para aqueles que compareceram no lugar marcado e que foram às ruas.

Até hoje falar sobre isso na sociedade angolana é quase um tabu e, por isso, confesso que a minha decisão de escrever sobre o tema me deixou com um pouco reticente, pois acabam os anos e entram novos anos e o assunto continua muito pouco falado no país.

Não há debates na esfera pública, tampouco na privada. Por que as pessoas não se pronunciam sobre isso? Por que não se fala sobre esta suposta manifestação que vitimou muitas famílias em Angola e principalmente em Luanda? Estas são algumas questões que norteiam este artigo, uma vez que mesmo depois de 40 anos do ocorrido ainda impera a lei do silêncio no povo e no estado angolano sobre este evento.

Assim, neste momento, a pergunta mais importante é: o que ocorreu em Angola dois anos depois da independência? O que ocorreu no dia 27 de maio de 1977? Vê-se que há diminutas referências sobre o tema, porém, as obras como a de Lara Pawson, “O 27 de maio angolano visto de baixo” (2007) e/ou Américo Botelho, “Holocausto em Angola” (2007); bem como o livro “O que é o fraccionismo” de Agostinho Neto, trazem várias narrativas (e um pouco díspares entre si) sobre o acontecimento.

Para responder a esta questão, devemos fazer mais uma digressão. Angola, ao longo de muitos anos (1961-1974), lutou pela sua independência contra o regime colonial e escravocrata de Portugal. Sabe-se que essas lutas tiveram líderes e tais lideranças pertenciam a vários grupos de diversas partes do país.

Mais tarde, esses grupos tornaram-se partidos políticos, partidos estes denominados como MPLA - Partido popular de libertação de Angola, a UNITA - União

Nacional para independência total de Angola e FNLA - Frente Nacional para Libertação de Angola. Estes eram os principais partidos existentes naquele momento no país. Tinham como foco a liberdade, ou seja, a Independência dos angolanos do regime colonial português.

Essa luta e empenho destes partidos teve como resultado a independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, a qual, segundo a história oficial, foi proclamada em Luanda pelo então presidente da República Dr. António Agostinho Neto.

Dois anos depois desta data começou-se a ouvir alguns rumores sobre problemas internos dentro do partido que estava no poder, o MPLA, no qual se destacava o nome de dois altos dirigentes. Eram Alves Bernardo Baptista (Nito Alves), que na altura ocupava a pasta de Ministro da Administração Interna e pertencia também ao comité central do MPLA em Luanda; e José Jacinto Viera Dias Van-Dúnem, que ocupava o cargo de comissário político do Estado Maior das FAPLA.

Nito Alves era considerado por alguns como o segundo homem do poder, logo a seguir a Agostinho Neto, e fora nomeado Ministro do Interior, quando o MPLA formou o primeiro Governo de Angola. Porém, o descontentamento de Nito Alves com a alegada orientação de Agostinho Neto a favor dos intelectuais urbanos mestiços, tais como Lúcio Lara, influente histórico e um dos principais ideólogos do partido, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, e o Ministro da Defesa, Iiko Carreira, constituiu foco de divisão no seio do Governo. Esta divisão tornou-se mais evidente, quando em Luanda na 3ª Reunião Plenária do 391 Comité Central realizada de 23 a 29 de outubro de 1976, se decidiu a suspensão por seis meses, de Nito Alves e de José Van-Dúnem, acusados formalmente de Fraccionismo por terem sido protagonistas da criação de um 2º MPLA (FUSO. 2004, s/p).

O MPLA, partido no poder desde a independência, conta que em 21 de Maio de 1977, reconheceu a existência de um grupo que tinha como meta a divisão interna do partido e denominou este grupo como os “fraccionistas” e os acusava de não irem de acordo com plano de governo que era o de “reconstruir o país e lutar para defender a integridade do território nacional contra os ideais imperialistas”.

Os dois líderes e os apoiantes deste movimento foram assim expulsos do comité central do MPLA.

**Fraccionismo** foi o nome dado a um movimento político Angolano, liderado por Nito Alves, ex-dirigente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), no poder desde a independência do país. Este movimento articulou-se como dissidência no seio do MPLA, após a independência de Angola, em oposição ao Presidente Agostinho Neto, e lançou em Luanda uma tentativa de golpe de Estado a 27 de maio de 1977. O golpe fracassou devido ao

apoio das FAR (forças cubanas estacionadas em Angola), e após um breve período de acalmia em que tudo parecia estar solucionado, deu-se um atentado à vida do Presidente Agostinho Neto, que levou a um período de dois anos, de perseguição sangrenta dos (reais e alegados) seguidores e simpatizantes de Nito Alves, culminando em milhares de mortos. (NETO. 1977, P.1)

A narrativa que o MPLA conta é que este grupo não tinha apenas a pretensão de organizar uma simples “manifestação”, eles visavam - na visão do partido no governo – dar um golpe de estado que seria desencadeado em três fases, a qual a primeira seria a divisão interna do partido e a acusação de tribalismo no seio do mesmo. O segundo era que estes estavam a minar as estruturas econômicas e políticas, também se dizia que estes estavam a desacreditar o presidente da República e os ideais do partido de ser fiel ao marxismo. E a terceira fase era para que estes tomassem o poder a partir de um golpe de estado.

Segundo a versão contada pelo MPLA, publicada a 12 de Julho de 1977, tratou-se de um golpe de Estado, que vinha sendo preparado desde 1974, compreendendo várias fases infiltração, sabotagem das estruturas existentes e golpe de estado e sendo o mesmo atribuído ao Grupo de Nito Alves, como foi chamada esta facção. Esta versão defendeu que, este grupo, apresentando-se com uma capa aparentemente revolucionária, a de uma linha Marxista-Leninista pura, procurou desviar o povo dos objetivos da Reconstrução Nacional e da defesa da integridade territorial e controlar as estruturas do MPLA e do governo. (FUSO. 2004, s/p).

Ainda segundo a narrativa do partido no governo MPLA sobre o 27 de Maio de 1977, a acusação feita por eles de tentativa de golpe de estado não aconteceu apenas no dia 27, eles narram que começou em 20 de Maio, depois dia 25, e por último dia 27.

A ideia era instaurar um estado de terror na cidade e formar um novo governo.

Esta é a versão contada pelo partido no poder, o MPLA. Agora avançaremos em outras narrativas sobre o evento do dia 27 de maio de 1977.

Os dados que encontramos disponíveis sobre o 27 de Maio de 1977 narram essa história a partir do ponto de vista da elite do partido no poder, acusando, segundo Fuso (2004), os “Nitistas” de aliados dos partidos de oposição como UNITA, FNLA e também as forças externas como EUA e África do Sul, mostrando apenas que os fraccionistas estavam arquitetando um golpe e que estavam a manipular o povo inventando calúnias contra os altos dirigentes do partido no poder para ganharem apoio das massas nos bairros periféricos.

Isso suscita uma discussão sobre os objetivos destas narrativas, assim eu me interessei pelo tema e decidi pesquisar mais a fundo para trazer mais vozes sobre o

tema, sem classificar quais narrativas é a mais certa ou confiável, mas expô-las. Minha ideia é apenas trazer o tema para discussão com polifonia.

Segundo Lara (2007), durante este processo, Nito Alves era considerado um líder que tinha como meta resolver os problemas do povo e que procurava sempre a igualdade entre os brancos e negros em Angola. Conta-se que ele dizia isso abertamente e nos seus discursos, quando se reunia no bairro Sambizanga, dentro de uma quadra do time de futebol do bairro, o famoso e saudoso Progresso do Sambizanga, em Luanda.

Nestas reuniões Nito Alves não falava apenas sobre futebol, ele também apontava que “em Angola só teria paz quando um branco, um mulato, um negro, for visto a limpar as ruas, e não só os pretos”. Ele apontava o tribalismo dentro do partido e lutava para uma igualdade entre membros do comitê e cidadãos de forma geral, mas muitos viam essas atitudes como forma de ganhar militantes para sua causa.

Foram nestas reuniões que surgiram as suas famosas 13 teses. Nestas treze (13) teses de Nito Alves, ainda pouco divulgadas, podemos encontrar algumas ideias revolucionárias que Alves defendia e pregava aos seus ouvintes nos encontros na quadra de futebol do Progresso.

Segundo Fuso (2004), estas teses – que alguns membros do partido no poder (MPLA) e da elite política e militar, denominaram como meros panfletos, Nito Alves se propôs fazer uma análise das estruturas levando em conta as questões ideológicas e a forma como o partido estava a caminhar.

O partido era socialista e ele cresceu neste meio, no qual teve acesso à clássicos do marxismo e leninismo. Nesse sentido, Nito Alves, dentro das suas teorias, as chamadas treze teses, sempre foi fiel ao marxismo e defendeu a ideia de o MPLA seguir o movimento comunista e se contrapor às ideias vistas como imperialistas.

Tal perspectiva mais radical sempre esteve evidente: Nito Alves defendia que a falta deste posicionamento mais politizado e avesso aos avanços (neo)imperialistas seria um dos motivos para os problemas dentro do partido.

Alves acreditava, quando da conflagração do embate, no dia 27 de maio de 1977, que estava sendo vítima de conspiração por parte das alas anti-marxista e soviética e que estes estavam no MPLA, mas em realidade eram de direita e, para Nito Alves, estavam a criar um conluio para o matar por causa das suas posições ideológicas.

O principal suspeito era o então secretário administrativo do birô político, Lúcio Lara.

Lúcio Lara assim surge como um dos problemas de Nito Alves, isso porque ele era de pele clara e tinha o poder de indicar e tomar posições que afetaria todos os membros do partido; e também porque este não teria conhecimentos da teoria marxista-leninista que lhe dariam bases para construção de um partido que daria voz à classe revolucionária no país, pois este não aceitava a ideia de que não-marxistas poderiam ser convertidos e exigia a expulsão destes anti-marxistas do partido, porque para Nito Alves esses que defendiam o imperialismo só estavam inseridos em busca de poder.

Com essa postura, Nito Alves apontava nas suas teses a formação e criação de uma “burguesia nacional” isso porque alguns estavam dentro do partido apenas para tomar o poder e não pelo bem estar social do povo angolano, que era o propósito inicial do partido e, a partir deste ideal, fomentou-se a luta pró-independência de Angola.

Muitos se apoderaram do aparelho do estado e tratavam os operários e outros trabalhadores rurais de maneira desumana, usurpando para si o poder e esquecendo-se do “poder popular” que os levaria a uma “unidade nacional”, que na visão de Nito Alves era ambígua e que só garantiria privilégios à classe política e militar que estava em ascensão.

Nito Alves, ao ver o país caminhando neste sentido, viu-se na necessidade da criação de um grupo que realmente pensasse como ele, um grupo que defendesse as ideias marxistas e leninistas e que lutasse contra aqueles que tentavam fazer do MPLA um partido imperialista. Ainda, Alves reivindicava que os indivíduos contrários a esse posicionamento mais radical fossem expulsos por tentativa de boicotar a revolução que, segundo sua perspectiva, era necessária e urgente.

Nito Alves vai assim, defender que todos expressassem a sua posição ideológica e aqueles que não concordassem com a ligação marxista e leninista do partido MPLA deveriam sair para ser possível exercer uma “ditadura democrática revolucionária” (Lara, 2007), ou seja, o Socialismo, com vistas a garantir uma melhor condição de vida para o cidadão angolano.

Uma grande parcela da sociedade angolana via em Nito Alves um líder que se preocupava com as necessidades do povo e por isso o apoiavam nas suas lutas, bem como apoiavam as treze teses. Muitos são os que contam que ele era uma pessoa de fácil trato e que lutava pela equidade racial.

Segundo a Lara Pawson (2007) em uma das suas entrevistas com ex-moradores do bairro Sambizanga, em Luanda, eles contam que Nito Alves fazia discursos inflamados de esperança, quando criticava a existência de presos políticos no país, a

falta de liberdade de expressão, e, sobretudo a corrupção que era crescente naquele momento. Efetivamente, Nito Alves era considerado pelos menos favorecidos como um líder, embora informal.

Visto que Nito Alves estava a desenvolver um trabalho quase que clandestino nos interiores dos bairros de Luanda, com a finalidade de obter seguidores fiéis a sua ideologia marxista-leninista, ele marcava reuniões nas quais falava sobre as políticas de Agostinho Neto; que para ele não contemplavam as necessidades daqueles cidadãos.

Muitos até não se viam na imagem do Presidente Neto, em razão de sua ausência entre as camadas mais baixas. Com Nito Alves era diferente, e isso fez com que ganhasse o apoio das massas. Logo, começou a ter também o apoio das forças militares. É nesse interim que Nito Alves começa a ser um alvo a abater, pois era nítida a influência que este estava a criar dentro do país.

Daí vem à ideia defendida pelo MPLA de que este evento que ocorreu em 27 de Maio de 1977 era uma tentativa de golpe de estado: sabemos pelas narrativas contadas por Lara (2007) no seu livro “O 27 de Maio visto de baixo”, e na obra “O que é o fraccionismo” de Agostinho Neto (1977), de que houve até invasão à cadeia de São Paulo, em Luanda, com carros blindados, para retirada de presos políticos.

Era notório que havia um descontentamento muito grande no seio de alguns seguimentos da sociedade angolana; e a Nona Brigada era um desses seguimentos. Tais militares estavam descontentes pela forma como o país estava sendo conduzido, a forma como os militares eram tratados, a falta de atenção com estes que deram o seu sangue para uma Angola independente.

Por isso, os militares desta brigada deram o seu total apoio a Nito Alves. Segundo Lara (2007) a ideia era dar um golpe de estado, eles queriam que Lúcio Lara e o Iko Carreira deixassem o cargo que ocupavam no aparelho de estado, por alegarem que estes não eram angolanos e que promoviam uma política de exclusão dentro do país.

Os chamados Nitistas manifestaram-se genuinamente no país a 27 de Maio de 1977, de forma inequívoca, apoiados pelo exército, contra a linha de orientação repressiva que era seguida, contra a carência generalizada de géneros alimentares e deterioração da vida do povo, procurando obter o apoio de Agostinho Neto às suas pretensões de depurar a organização destes elementos da aliança das forças Maoistas e de direita para garantir o aprofundamento da revolução popular. (FUSO. 2004, s/p).

Esses dois homens de confiança de Neto que se dizia que eram portugueses de nacionalidade, por causa da cor da pele, e que se dizia que não apoiavam o marxismo, eram o problema de Nito Alves. Uma das razões para isso era o facto de o país, depois da independência, ter adotado o marxismo e Lúcio Lara e Iko Carreira terem assinado um acordo para exploração petrolífera com os americanos, o que deixou Nito Alves muito insatisfeito, pois havia o entendimento de estarem a colocar os ideais do partido de lado e adotarem uma postura imperialista.

### **O evento: a “manifestação” do dia 27 de maio de 1977**

Com esta série de descontentamentos surge a ideia da “manifestação” marcada para o dia 27 de Maio de 1977, em Luanda. Houve uma preparação na madrugada anterior, quando os civis foram chamados e armados para estarem em frente ao Palácio Presidencial e outros foram direcionados para a sede da Rádio Nacional de Angola.

Tem-se que alguns desses militares e civis estavam desarmados, mas muitos dos indivíduos que foram soltos da cadeia de São Paulo eram meliantes perigosos. De fato, não havia apenas presos políticos como alguns mais velhos contam. Não houve critério na soltura destes presos no momento da invasão da cadeia de São Paulo, apenas se pensou no maior número de pessoas para ocupar as ruas e cumprir com objetivo de Nito Alves que, para o MPLA, era dar um golpe de estado; e para outros apenas depor e expulsar Lúcio Lara e Iko Carreira dos cargos e do partido e indicar outras pessoas para ocupar tais posições.

Essa atitude custou-lhes caro: muitos dos civis e militares que foram às ruas manifestar contra os direcionamentos que o então presidente Antônio Agostinho Neto estava a dar ao país, não foram bem recebidos pelos órgãos de segurança do estado.

Estes manifestantes foram considerados fraccionistas ou apoiadores deste movimento e a política repressiva para estes foi dura, os manifestantes foram recebidos com tiros e bombas pelos militares cubanos, a mando de Agostinho Neto.

Estes manifestantes foram detidos e alguns mortos no local. A manifestação acabou por volta das dezesseis horas quando os soldados recuperaram as instalações da rádio e da cadeia de São Paulo. Muitos manifestantes se esconderam nos bairros periféricos de Luanda, os que foram apanhados foram queimados vivos e alguns militares foram presos.

No decorrer deste dia teve-se o conhecimento da morte de alguns membros do MPLA, e isso deixou Agostinho Neto muito irritado com essa atitude dos fraccionistas, visto que estas mortes tiveram peso importante para acusação de tentativa de golpe de estado.

É nesse momento que vimos às eternas palavras de Agostinho Neto, quando falou pela rádio que “não vamos perder tempo com julgamentos, não haverá perdão”. Depois desta declaração, se instalou o terror e as perseguições em Luanda e pelo resto do país, quando era normal encontrar mortos nas esquinas dos bairros, principalmente no bairro do Sambizanga, o mesmo bairro onde Nito Alves discursava com frequência.

Foi um período macabro da história de Angola, alguns até comparam com o holocausto na Alemanha, com regime de Pinochet no Chile e com o regime do Franco na Espanha. Deve ser por esse motivo que pouco ou nada se fala sobre a data, pois as perseguições pelos potenciais apoiadores de Nito Alves era incansável:

Em consequência deste e outros factos, Neto autoriza a temível máquina repressora da DISA, moldada ao estilo e eficácia da PIDE e com métodos repressivos comparados aos da GESTAPO de Adolf Hitler e da STASI da antiga RDA, para que fizesse um acompanhamento literalmente severo e consequente da preparação de uma provável insurreição. Resultado da intentona golpista: mais de 28 mil mortos; mais de 3 mil desaparecidos; mais de metade dos oficiais superiores do Exército no ativo (Majores e Comandantes na sua maioria) foram abatidos da forma mais selvagem. As perseguições duraram cerca de dois anos. Tipicamente, após os julgamentos sumários, os ditos “traidores” eram apresentados na TV angolana antes de serem fuzilados, Foram mortos muitos dos melhores quadros Angolanos, combatentes experientes, mulheres combativas, jovens militantes, intelectuais e estudantes. Em [julho de 1979](#), Agostinho Neto, levando em consideração os atos dos dois últimos anos, decide dissolver a DISA pelos "excessos" que havia cometido. (FUSO. 2004, s/p).

As pessoas que viveram fraccionismo em Angola dizem que foi um dos piores períodos da história do país, e que poderia ser comparado ao período da escravidão ou da guerra civil que dilacerou o país por inteiro, isso tendo em conta as milhares de mortes de cidadãos angolanos. Muitos morrem apenas por serem identificados enquanto apoiadores ou simpatizantes das ideias de Nito Alves.

## **Notas finais**

Através das leituras que fiz sobre este assunto nos livros e artigos como o de Lara Powson (2007), de Américo Botelho (2007) e de José Fuso (2004), por exemplo, pude ver essa omissão/silenciamento por parte das autoridades angolanas e até mesmo de muitas famílias que sofreram e sofrem até hoje com a perda de amigos e familiares seus, sobre o evento. Muitas famílias até hoje não enterraram os seus filhos porque não tiveram acesso aos corpos. De fato, esta omissão sobre o assunto pode ser compreendida a partir de duas chaves interpretativas: para não reviver a memória desta manifestação organizada por Nito Alves ou ainda por se tratar de um evento deplorável e que mancha a imagem do partido no governo MPLA e que, portanto, não deve ser rememorado.

O 27 de Maio de 1977 é um período da história angolana que as pessoas têm como tabu, crescemos a ouvir que menino não deve falar sobre política. Vê-se que este assunto ainda é muito sensível dentro da sociedade angolana, mesmo depois de quarenta e dois anos.

Mas penso que esta realidade esta a mudar e que está na hora de começarmos a falar sobre o evento, não com intuito de encontrar a narrativa mais completa sobre o ocorrido, até porque sabemos que existem várias versões sobre este momento histórico em Angola, mas dar a conhecer aos cidadãos o que houve e buscar responder as inquietações dos familiares que perderam os seus entes queridos e, por fim, julgar os culpados. Com isso, através da escrita e da exposição de tais eventos cruéis da história angolana, procurar e mostrar ações que nos levem a dar um encaminhamento justo para o assunto.

Como disse no princípio, escrever sobre este tema é difícil, e tive grandes dificuldades para dar o encaminhamento necessário a esse assunto por falta de fontes e de pessoas que estivessem disponíveis a partilhar as suas memórias sobre o 27 de maio de 1977. Com a dificuldade de encontrar fontes, somado ao interdito sobre o assunto, a pesquisa tornou-se ainda mais complexa. Mas a lacuna ou o silenciamento são, por si só, um dado relevante. Mas não podemos sucumbir à “imposição do esquecimento”: devemos possibilitar à sociedade conhecer seu passado de violência política. A democracia sempre estará ameaçada quando a sociedade omite-se, mantendo-se no silêncio e sob a impunidade (Teles, 2001).

É importante escrever sobre este evento, para que o mesmo não continue no esquecimento e na memória de certos grupos: é necessário que a sociedade tenha conhecimento sobre o que ocorreu nesta manifestação, porque não se pode chegar a

história deve apurar os fatos e, conseqüentemente, responsabilizar os culpados por tantas perseguições e mortes.

Com isso podemos ver que é de suma importância para nós, novos pesquisadores e intelectuais africanos, angolanos, começarmos a pesquisar sobre temas importantes das nossas sociedades, isso porque as bibliotecas humanas estão a morrer e a levar consigo toda memória e vivências que poderão ser importantes para as gerações futuras entenderem o passado, para olharem e entenderem o futuro. Além disso, como sociólogos, devemos estar atento para que falemos em nossos trabalhos sobre direitos humanos e as memórias de repressão e violências políticas, pois trata-se de uma intervenção ativa no campo intelectual (Jelin, 2004).

Em África, diz-se que quando um velho morre, morre com ele uma biblioteca, então devemos aproveitar as memórias desses sábios para escrever e fazer pesquisas sobre acontecimentos históricos e sociais, das nossas realidades: a história do 27 de maio de 1977 não morreu junto daqueles que foram assassinados.

## Referências

BOTELHO. C. Américo. **Holocausto em Angola**. Lisboa: Editora Vega, 2007.

FUSO. José. **Angola 27 anos depois Golpe fraccionista, 2004**. Acessado em: 07/08/17.

Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/5074>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de um campo nuevo en las ciencias sociales. **Cuadernos del Insituto de Desarrollo Economico y Social**, n.2, Octubre 2003.

MARQUES, Inácio Luis Guimarães. **Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, 2012.

NETO. Agostinho. **O que é o fraccionismo**. Cadernos de Resistência. Luanda: DOR (Departamento de Orientação Revolucionaria), 1977.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. **Memória Individual e Memória Coletiva**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13. pp 339-348 Janeiro de 2017.

PAWSON. Lara. O 27 de Maio angolano visto de baixo. **Revista Relações Internacionais** nº14. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, junho de 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. 3-15

RIOS, Fabio; Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista intratextos**, 2013, vol 5, nº1, p. 1-22.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.

VASCONCELOS. João. **Resgatar a Memória do 27 de maio de 1977 em Angola, 2017.** Acessado em: 07/08/17, Disponível em: <http://www.esquerda.net/opiniao/resgatar-memoria-do-27-de-maio-de-1977-em-angola/48893>